

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

(AUDIÊNCIA PÚBLICA)

**REQUERIMENTO N.º /2008
(Do Sr. Luciano Pizzatto)**

Solicita sejam convidados o presidente do Cedesponta, Sr. Douglas Taques; coordenador do Projeto Energia Verde no Estado do Piauí, Sr. João Batista; engenheiro florestal da Universidade Federal do Paraná, Sr. Carlos Roberto Sanqueta; representante da Ucs de Santa Catarina, Dr. Eloy Fenker; gerente de desenvolvimento florestal da secretaria de estado da agricultura e política rural de Santa Catarina, Sra. Maria Eliza Martorano Bathke.

SENHOR PRESIDENTE:

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência audiência pública acerca de **“dados e informações técnicas utilizadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) sobre Mata Atlântica em desacordo com as fontes citadas”**. Sejam convidados:

- Sr. Douglas Taques, Presidente do Conselho de Desenvolvimento de Ponta Grossa (CEDESPONTA), e Presidente do Conselho de Segurança de Ponta Grossa;
- Sr. João Batista da JB Carbon, responsável pelo Projeto Energia Verde no Estado do Piauí;
- Sr. Carlos Roberto Sanqueta, engenheiro florestal da Universidade Federal do Paraná - Inventário Remanescentes Florestais do Paraná;
- Dr. Eloy Fenker, representante da UCs Santa Catarina;
- Sra. Maria Eliza Martorano Bathke, Gerente de Desenvolvimento Florestal da Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural de Santa Catarina, Coordenadora da Câmara Setorial de Florestas do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, e membro titular do Conselho Estadual de Meio Ambiente.

JUSTIFICATIVA

A credibilidade além de fator moral e ético é fundamental em todos os processos de negociação, em que as partes precisam ceder interesses ou espaços, sejam quais forem.

Tal relevância também envolve a responsabilidade criminal, na qual a Lei de Crimes Ambientais alterada em 2006 passou a tipificar como crime a prestação de informações inverídicas, equivocadas, erradas, etc, pela gravidade de suas conseqüências, tanto por profissionais em geral como por funcionários públicos.

Infelizmente, várias questões envolvendo a Mata Atlântica vem sendo tratadas de forma equivocada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), em que documentos utilizam como base de informações dados que não coincidem com as fontes citadas, ou de fontes sem a credibilidade ou representatividade legal.

Os depoimentos envolvidos são de casos já comprovados dessa prática, tornando-se rotineira por funcionários do MMA, e precisam ser imediatamente corrigidas e coibidas.

Sala da Comissão em,

**Deputado Luciano Pizzatto
(DEM/PR)**